

A large, bold, purple number '8' is centered at the top of the page. The background is a light purple floral pattern with various flowers and leaves. In the bottom right corner, there is a dark purple silhouette of a woman's head and shoulders in profile, facing left.

**DE MARÇO**  
**DIA INTERNACIONAL DA MULHER**

**MARGARIDAS**  
**NA LUTA POR**  
**DEMOCRACIA**  
**E GARANTIA**  
**DE DIREITOS**



# OLÁ COMPANHEIRAS!

Mais um 8 de Março se aproxima... E como mulheres em permanente marcha pelo fim das formas de opressão - capitalista, sexista e racista -, faremos deste Dia Internacional da Mulher um momento marcante da nossa agenda de luta e resistência.

Neste 8 de Março reafirmamos o grito por democracia e garantia de direitos. Nós, mulheres, temos sentido os efeitos cruéis dos desmontes das políticas públicas. Nosso grito é de basta aos retrocessos, ao mesmo tempo em que é de denúncia ao golpe à democracia brasileira. Por meio de um golpe político, sustentado por setores do Legislativo, Judiciário e pela mídia, colocou-se no poder um presidente ilegítimo, que vem executando um programa de governo que empobrece e retira direitos das trabalhadoras e trabalhadores do País. Por isso, entendemos não ser possível separar a luta por democracia da luta por direitos.

Um desafio especial também marca este Dia Internacional da Mulher, que é o de juntas darmos início à construção da 6ª edição da Marcha das Margaridas. É hora de fazermos acontecer a Marcha em nossas comunidades, municípios e estados, construindo os caminhos que levarão as Margaridas até Brasília, em 2019. Para isso, é fundamental unificarmos a luta e consolidarmos alianças com os movimentos do campo e da cidade, que fazem a luta feminista.

Seguimos em marcha, por nenhum direito a menos!

**MAZÉ MORAIS**

**Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais  
Agricultoras Familiares da CONTAG**

No último período crescem os ataques do governo Temer aos direitos da classe trabalhadora. A Previdência Social é, sem dúvidas, uma das áreas mais visadas pelo programa privatista deste governo ilegítimo. A proposta de “reforma” apresentada, através da PEC 287 com as alterações no Projeto Substitutivo apresentado pelo relator, pretende mudar as regras vigentes para o acesso de várias categorias - incluindo as(os) trabalhadoras(es) rurais, ao regime de Previdência Social.

A Previdência Social é a principal política de distribuição de renda no Brasil. Ela cumpre um papel importantíssimo tanto para a melhoria das condições de vida da população que reside nos territórios rurais, quanto para o aquecimento da economia nos municípios de pequeno e médio porte. A renda advinda dos benefícios previdenciários também amplia as possibilidades de investimento na agricultura familiar, promovendo maior soberania e segurança alimentar.

Ao longo dos últimos meses, a CONTAG, FETAGs e STTRs vêm desenvolvendo importantes mobilizações em contraposição à “reforma” proposta pelo governo, por meio de audiências públicas, ações de massa, trancamento de rodovias, dentre outras. As mulheres do MSTTR e de vários movimentos feministas seguem resistindo. O último 8 de Março foi cenário de ações fortes, unificadas e descentralizadas com o objetivo de denunciar e barrar os ataques à previdência.

César Ramos



Diante da insatisfação popular, o governo não tem conseguido convencer a base aliada de parlamentares a aprovar o desmonte da Previdência. Assim, vem tentando, juntamente com os empresários e a mídia, convencer a população dos benefícios desta “reforma”, usando, para isso, várias mentiras. Uma delas é a de que as(os) rurais não serão atingidos com as mudanças no regime previdenciário.

A proposta em tramitação desestrutura o sistema público de proteção previdenciária afetando intensamente as(os) trabalhadoras(es) rurais. A maioria da população rural corre o risco de não mais acessar os direitos previdenciários diante das novas regras que estão sendo propostas.

Dentre as mais afetadas estão as trabalhadoras assalariadas rurais, pois a idade de aposentadoria está sendo elevada de 55 para 62 anos. Este aumento ignora as jornadas de trabalho exaustivas, sob as quais as assalariadas estão submetidas, bem como a sobrecarga de tarefas que recaem sobre mulheres, por acumularem as atividades domésticas e de cuidados.

As agricultoras familiares também serão afetadas caso não consigam comprovar recolhimento de contribuição previdenciária. Como se sabe, o processo produtivo da agricultura familiar é determinado pelo trabalho em regime de economia familiar e

nem sempre os documentos que comprovam a atividade rural e o recolhimento da contribuição previdenciária encontram-se em nome das mulheres.

O texto da “reforma” também deixa brechas sobre a criação de contribuição previdenciária individual, como condição para o acesso à aposentadoria pelas agricultoras e agricultores familiares. Uma vez confirmada esta forma de contribuição individualizada, ficará inviável arcar com os custos previdenciários de todos os entes da unidade familiar. E diante da necessidade de ter que eleger o “contribuinte” da família, é provável que as agricultoras familiares entrem no fim da lista, dada as relações desiguais e machistas que ainda nos marcam.

Outro importante destaque diz respeito aos dados censitários, que continuam demonstrando que o êxodo rural permanece em nosso País, principalmente entre as mulheres jovens trabalhadoras rurais. A não perspectiva de aposentadoria é um estímulo ainda maior para abandonar a família e o trabalho rural, o que contribui também para intensificar o processo de masculinização no campo.

Retirar os direitos das mulheres também é violência! As Margaridas seguem mobilizadas contra esta “reforma” da previdência.



**Q**uando falamos de democracia estamos tratando sobre quem decide, quem participa dos espaços de poder e o exerce, definindo os rumos do País, da comunidade, do movimento sindical e social, do partido e até mesmo da família. Falamos de democracia na casa e na política.

Para o feminismo, a participação das mulheres é uma condição importante para a democracia e, por isso, aponta para uma das contradições de nosso tempo: embora sejamos maioria, nós, mulheres, ainda somos minoria nos espaços de poder, como nas Direções dos partidos políticos, dos movimentos sindical e sociais, dos governos, entre outros. Da mesma forma, permanecemos sub-representadas nas Câmaras Municipais de Vereadores, Congresso Nacional e no Poder Judiciário.

É preciso que se diga: esta baixa representação não significa que nós, mulheres, somos desinteressadas pela política. Pelo contrário, são as relações machistas e sexistas que têm restringido nossa inserção nestes espaços, ao afirmar que mulher não sabe fazer.

Para afirmar que lugar de mulher é onde ela quiser, inclusive na política, temos lutado historicamente pela construção de mecanismos que ampliem e fortaleçam nossa participação, exemplo disso são nossas experiências de formação e auto-organização, a defesa das cotas e paridade de gênero na definição das candidaturas e o processo de



mobilização em torno da reforma política, com destaque para o Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político Brasileiro.

Por outro lado, o golpe que retirou da Presidência da República a primeira mulher eleita legitimamente para assumir este cargo no Brasil, Dilma Rousseff, traz consigo um conjunto de desafios à nossa luta feminista por democracia, poder e participação política. O primeiro deles é o de garantir as Eleições 2018 e desmascarar os esforços dos setores golpistas em inviabilizar a candidatura de Lula – que vem se dando por meio de um espetáculo de criminalização sem provas.

Por outro lado, não basta ter eleições para ter democracia. É verdade que as eleições fazem a grande diferença entre uma

democracia e uma ditadura. Mas, na atual conjuntura, nós mulheres temos um desafio essencial: o de avançar em candidaturas de companheiras comprometidas com as pautas feministas e com a garantia de direitos à classe trabalhadora e o desenvolvimento rural sustentável e solidário.

Precisamos de mulheres nos espaços de poder que se contraponham ao conservadorismo, às políticas de privatizações e precarização da vida, voltadas apenas ao aprofundamento das desigualdades, à mercantilização dos direitos do povo e opressão das mulheres.

Nós, Margaridas do campo, florestas, águas e cidade, marchamos pela democracia com poder popular e participação política das mulheres!



A luta pela erradicação de todas as formas de violência, opressão e desigualdades, principalmente as de gênero, está no centro da atuação dos movimentos de mulheres e feminista. Todo ato de violência tem a intenção de dominar, inferiorizar e restringir a autonomia das mulheres. Por isso, ao longo dos 17 anos da Marcha das Margaridas, o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres é eixo de denúncia, debate e proposição.

Denunciamos a violência patriarcal e machista que atinge cotidianamente as mulheres no ambiente doméstico e nos diversos espaços públicos, atos que ferem o corpo físico e emocional e deixam marcas permanentes na vida das mulheres. Essa violência atinge as mulheres de todas as idades, raças e classes sociais, sendo que as mulheres rurais, negras e indígenas são mais vulneráveis aos seus efeitos pela exclusão social e pelo racismo que estrutura a sociedade brasileira.

Nos últimos anos, há um crescimento do número de casos de violência contra as mulheres. Dados divulgados em março de 2017 pelo Fórum Brasileiro de Segurança mostram

que 12 milhões de mulheres sofreram ofensa verbal; e 1 milhão e 400 mil foram espancadas. No Mapa da Violência 2015, o Brasil atingiu uma taxa média de feminicídio de 4,8 a cada 100 mil mulheres. A cada duas horas uma mulher é assassinada no Brasil.

As mulheres também têm sido violentadas pelas medidas do governo golpista que se expressam na aprovação da Emenda Constitucional do congelamento dos gastos públicos, da reforma trabalhista, além de outras tentativas de retirada de direitos (como a “reforma” da Previdência Social e o drástico corte do orçamento federal destinado às políticas públicas específicas). Todas essas medidas refletem no acirramento do machismo e, conseqüentemente, no aumento expressivo dos casos de violência contra as mulheres.

A PEC 181/2015 é uma das expressões mais cruéis e violentas vinda do Estado sobre os corpos e a vida das mulheres brasileiras. Por meio desta PEC, que está em tramitação na Câmara dos Deputados, se estabelecem as bases legais para a proibição do aborto, inclusive nos casos já previstos pela Constituição Federal, que se aplicam às situações de estupro, de riscos à vida da gestante ou de fetos anencéfalos. Em seu texto está estampada a visão de que a vida das mulheres não tem importância, além disso, impondo-se às mulheres vítimas do estupro uma dupla punição:

- 1) conviver com os traumas deixados pelo abuso sexual;
- 2) obrigar-se a manter uma gestação decorrente de violência, tendo que seguir sem o apoio do mesmo Estado que hoje decide com intransigência os rumos das suas vidas. Da forma com que se expressa, esta PEC pode, inclusive, colocar sob suspeita as mulheres que vivenciam situações de aborto espontâneo, desamparando-as e criminalizando-as.

Nossa luta é pela vida das mulheres e, nesse contexto, reafirmamos o nosso compromisso com a luta em favor da justiça social, que passa necessariamente por relações de gênero igualitárias, onde nós mulheres possamos decidir com autonomia sobre nossas vidas e nossos corpos, livres de todas as formas de violência, principalmente as fundadas nas desigualdades de natureza sexista, racista, de classe e orientação sexual.



**M**esmo com muita resistência, o golpe de 2016 trouxe consigo o desmonte de órgãos importantes, como a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), inviabilizando, assim, vários programas de fortalecimento da agricultura familiar, inclusive os específicos para as mulheres. Também houve o desmonte do Ministério da Previdência Social, que passou a ser uma Secretaria vinculada ao Ministério da Fazenda. Na sequência veio a aprovação da Emenda Constitucional - EC nº 95/2016 (que congela os gastos públicos por 20 anos e é a prova dessa busca pela precarização da vida), a Reforma Trabalhista, além do debate sobre a “reforma” da Previdência Social que prossegue no Congresso Nacional.

No momento em que a população pobre mais precisa de acesso às políticas públicas sociais – de saúde, moradia, educação – para compensar o cenário de alto desemprego, informalidade nas relações de trabalho e de baixa renda (houve perda de -0,35% no poder de compra do salário mínimo nos últimos dois anos), o governo ilegítimo de Michel Temer fortalece medidas de cortes no orçamento, principalmente para a agricultura familiar. A mesma mão que retira os direitos da classe trabalhadora é a que assina os perdões das dívidas de grandes empresas, especialmente do agronegócio, prejudicando a arrecadação para o sistema de seguridade social.

Os efeitos desta EC nº 95/2016 já vêm sendo sentidos pelas mulheres do campo, floresta e águas diante da ausência de profissionais nos municípios rurais, com o sucateamento do programa Mais Médicos; com o fim do programa Farmácia Popular; e com a não elaboração da Política Nacional de Educação Infantil do Campo, um dos pontos negociados na última Marcha das Margaridas, em 2015.

Quando os direitos sociais básicos – de educação, saúde, moradia, previdência, assistência social, por exemplo – são destruídos, a vida das mulheres torna-se ainda mais difícil e precária, pois somos nós que acumulamos o trabalho de cuidado com a família. Um posto de saúde, uma creche ou uma escola do campo fechada gera um custo social alto, que inclui a imposição de mais limites à vida já sofrida das mulheres.

Em resistência a estes retrocessos, convocamos todas as companheiras a somarem esforços junto à CONTAG e às organizações que compõem o Conselho Nacional de Saúde (CNS), para juntas reunirmos assinaturas suficientes para darmos entrada a uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) contra a Emenda Constitucional 95/2016.

**Margaridas em marcha contra os retrocessos e a retirada de direitos!**



# #RUMOAMARCHADASMARGARIDAS2019

REALIZAÇÃO:



**CONTAG**



**FETAGs**



**STTRs**

FILIADA À:



**DiEESA**

PARCEIRAS:



**ARTICULAÇÃO  
DE MULHERES  
BRASILEIRAS**



**MIQCB**  
MULHERES  
INTELECTUAIS  
QUANTO ÀS  
MULHERES RURAIS  
Maranhão - Piauí - Pará - Tocantins



**MAMA**  
MOVIMENTO ARTICULADO  
DAS MULHERES DA AMAZÔNIA

**GT  
Mulheres  
da ANA**



**CUT**  
CENTRAL ÚNICA DAS TRABALHADORAS